

# Tangenciamentos

**A** reposição das perdas salariais de janeiro, decidida anteontem pelo Congresso, satisfaz mais à vaidade dos parlamentares do que aos interesses dos trabalhadores. A perda a ser paga — a diferença entre a URP e o INPC calculado pelo IBGE — evidentemente não traduzirá integralmente a inflação real do mês, dado que o Governo já havia expurgado antes os aumentos de preços autorizados na última semana anterior ao pacote. Trata-se, pois, de medida cosmética, para efeito cênico, sem impactos importantes sobre a economia em geral ou sobre os salários em particular.

Acreditamos que melhor se satisfaria a vaidade dos parlamentares se tivessem oferecido contribuição efetiva ao aprimoramento do Plano Verão para que se garantam os objetivos por ele propostos. Quanto a este aspecto, os passos dados pelo Congresso tiveram sentido inverso.

Primeiro, durante a Constituinte, os parlamentares outorgaram estabilidade a virtualmente todos os funcionários públicos sem critério algum. Tornaram-se não demissíveis os incompetentes, os ociosos, os desnecessários e até os fantasmas. Por último, reagiram contra a demissão dos que não foram estabilizados, indicando que, na opinião do Congresso, os gastos excessivos do Governo com pessoal não têm importância.

O Congresso se inquietou também, pelo braço da sua maioria peemedebista, contra a transferência do Iapás ao Ministério da Fazenda, transformando este pequeno problema num sério obstáculo à aprovação do programa econômico. O PMDB não teve sequer a cautela de mas-

carar sua verdadeira intenção, a de deixar sob os cuidados de um ministério partidário, o da Previdência, os recursos que o Governo desejava transferir ao órgão financeiro próprio.

Perderam os parlamentares uma bela oportunidade de penetrar na substância das questões, de modo a aprimorar o programa econômico do Governo naquilo que ele tem de mais fraco, justamente a questão do redimensionamento do Estado. O programa não prevê instrumentos capazes de permitir o desenvolvimento econômico independentemente da intervenção do Estado, ao contrário, deixa intacto o modelo autárquico de desenvolvimento que tanto tem emperrado o livre funcionamento da economia privada no País. Os parlamentares poderiam, se quisessem ou soubessem, aprofundar a tímida intenção privatista traduzida no "pacote", mas preferiram criar-lhe obstáculos. Poderiam ter ampliado, por exemplo a lista dos órgãos e ministérios extintos, obviamente insuficiente para exprimir um objetivo consistente de reforma administrativa.

Enfim, havia espaços por onde satisfazer a vontade participativa do Congresso. Os seus membros optaram, lamentavelmente, pelo tangenciamento, deixando a critério e arbítrio do Executivo toda a responsabilidade, como se pudessem eles se absolver dos efeitos de um agravamento da crise. Se esta ocorrer, porque o plano fracassou ou foi insuficiente, os resultados sociais e políticos colidirão com todos os interesses nacionais, um dos quais, o primeiro talvez a sofrer, é a preservação e o fortalecimento do Poder Legislativo.